

O PAPEL DA LITERATURA NO ENSINO DO JORNALISMO: ALGUMAS REFLEXÕES

Ana Teresa Peixinho

Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

1. O CONTEXTO

Percorrendo a história do jornalismo moderno, desde a sua fase embrionária no século XIX, até aos dias de hoje, apreendemos inúmeros pontos de ligação entre jornalismo e literatura, escritores e jornalistas, ora porque aqueles, em certos momentos das suas carreiras literárias, se veem na necessidade, pelos motivos mais diversos, de passar pelas páginas dos jornais, ora porque os próprios jornalistas se sentem atraídos e fascinados pelo mundo dos livros, publicando literatura, algumas vezes de grande qualidade, ombreando com grandes obras da literatura universal. Escritas diversas, com objetivos, estilos e essências dissemelhantes, ambas têm feito percursos relativamente autónomos e paralelos. Contudo, quer por contingências da História, quer por especificidades dos meios, por vezes os campos tocam-se tangencialmente. Grandes nomes da literatura mundial, como Hemingway ou García Márquez, são a prova disso mesmo: do jornalismo à literatura, da literatura ao jornalismo, as suas escritas oscilam intermitentemente entre ambos os espaços. Esta ligação que, inclusive, terá encimado um movimento muito particular do Jornalismo norte-americano – o *New Journalism* – tem raízes históricas e pode ser explicada por fatores contextuais que remontam às origens da imprensa moderna.

O jornalismo foi, durante décadas, uma profissão para a qual não existia nenhuma preparação específica, do ponto de vista académico: implicava, antes, certas apetências, um gosto e curiosidade particulares pela escrita ou, mais comum ainda, era um trabalho de promoção e de autopromoção. Embora social e culturalmente o século XIX tenha assistido à génese da profissão, ela não era reconhecida como tal: em 1880, Edouard Chardon, no seu *Dictionnaire des professions*, recusava o estatuto profissional à classe dos jornalistas, argumentando não existir nenhuma aprendizagem específica para a função, nem nenhum diploma ou certificado para a ela aceder (Delporte, 1995: 13). Alguns romances queirosianos mais reconhecidos¹ caricaturam precisamente a figura do jornalista, como um ser impreparado, com pouca visão e nenhuma cultura, e de duvidosas aptidões éticas, seguindo, aliás, uma tendência da ficção europeia da época², que dava

1 Na obra romanesca de Eça de Queirós, encontramos a presença de algumas figuras planas ou de dimensão típica que representam a profissão de jornalista e cujo denominador comum é a caracterização disfórica a que estão sujeitas. Logo em *O crime do Padre Amaro*, surge a figura de Agostinho Pinheiro, redator do jornal “Voz do Distrito”, cuja função diegética é a de publicar um artigo de João Eduardo sobre o protagonista Padre Amaro. Em *O primo Basílio*, o jornalista é representado por Savedra, redator do “Século”, personagem secundária que surge na cena do jantar de homenagem ao Conselheiro Acácio (capítulo XI). Em *Os Maias*, romance publicado em 1888, ganha relevo Palma Cavalão, proprietário e redator do “Corneta do Diabo”, um jornal de calúnias, que serve um episódio secundário envolvendo o par protagonista e o sórdido Dâmaso Salcede. Em *A capital!*, romance póstumo que se julga ter sido escrito no final da década de setenta, destaca-se a personagem Melchior Cordeiro, jornalista do jornal “Século”, que irá ter como função acompanhar e promover a ascensão social de Artur, o protagonista, nos meios político-literários lisboetas.

2 A entrada do dicionário de personagens é muito clara: “Jusqu’au début du XX^e siècle, l’image du journaliste donnée par les romans est indiscutablement négative” (Aziza *et al.*, 1978: 91-92). Esta era, aliás, uma tendência europeia, verificada em alguns dos mais afamados romances franceses de Balzac e Maupassant, como *Illusions perdues* e *Bel-Ami*, respetivamente.

dos jornalistas e do jornalismo uma imagem extremamente disfórica (Rieffel, 1984: 7-8; Aziza *et al.*, 1978: 91-92).

Em Portugal, o fenómeno de qualificação da profissão é bastante tardio, em parte devido aos quarenta anos de ditadura, a quem em nada interessavam jornalistas bem formados³: apesar disso, sabe-se que “do 1.º Boletim do Sindicato dos Trabalhadores de Imprensa (1926) já constava a proposta de criação de uma Escola Superior de Jornalismo” e que, em 1941, “o Presidente da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional de Jornalistas entregou ao Subsecretário de Estado da Educação Nacional um ofício dirigido ao Ministro da tutela onde se continha um projecto de um Curso de Formação Jornalística (...)” (Correia, s.d.: 2). Só no fim da década de setenta do século passado, o jornalismo entra nos *curricula* universitários, não sem grande polémica: de um lado, os defensores da “tarimba” como a melhor escola – modelo que, aliás, persistiu durante muito tempo; de outro, aqueles que, entendendo ser o jornalismo das poucas profissões intelectuais que se exercia sem preparação académica superior, esta seria importante para a dignificação da profissão e para a sua requalificação.

Em 2007, a UNESCO publicou um modelo curricular para o ensino do Jornalismo, no qual trabalhou uma equipa de quatro especialistas deste organismo, apoiada pelo parecer de vinte professores de jornalismo, de mérito reconhecido. Admitindo a importância vital do Jornalismo na sociedade hodierna, nomeadamente na revitalização, manutenção e requalificação das democracias ocidentais, entendem os autores deste guia que um bom ensino de Jornalismo será um

3 No entanto, tanto o fascismo italiano quanto o espanhol geraram as suas próprias escolas de Jornalismo (Teixeira, 2010: 18) e é bem conhecido o aproveitamento que o Estado Novo fez da imprensa, como forma de propaganda, bem como a percepção que teve da sua importância no quadro político-social.

pilar fundamental para a “sustentação de princípios essenciais para o desenvolvimento de cada país” (AA.VV., 2010: 5).

Atualmente, uma considerável parte da discussão sobre o ensino universitário do Jornalismo foca-se, sobretudo, em aspetos que dizem respeito, por um lado, à eterna querela entre prática e teoria e, por outro, à necessidade de adaptação tecnológica dos *curricula*, a fim de responderem à vertiginosa velocidade de mudança das tecnologias da comunicação. Na nossa opinião, ambas as questões merecem uma análise cuidada e bem mais circunstanciada – que não cabe no âmbito deste artigo – pois parecem fundar-se em equívocos que algumas vezes, de reconhecido mérito e prestígio do mundo académico, têm tentado dirimir (Correia, s.d.; Fidalgo, s.d.). Além do mais, cremos que a discussão em torno destas questões escamoteia a reconhecida complexidade do Jornalismo, entendido nas suas vertentes profissional e deontológica, ética, comunicacional e estilístico-técnica, como sublinha o investigador Carlos Camponez:

Se a centralidade dos *media* na vida pública contemporânea lhes conferiu poder, deu-lhes, do mesmo modo, visibilidade e exposição. Neste contexto, o jornalismo e os jornalistas, de “simples” promotores e mediadores do debate público, passaram a fazer parte do centro do debate. As formas de selecção e produção de informação, as práticas, os valores e as ideologias do jornalismo são hoje objecto de um questionamento social, estimulado, entre outros, pelo debate público, socioprofissional e por uma reflexão desenvolvida nas universidades e nas escolas de jornalismo. (Camponez, 2004: 1)

Partindo do conhecimento dos *curricula* dos cursos universitários de Jornalismo, tentaremos problematizar, neste artigo, a importância crucial das Humanidades para a formação superior dos jornalistas, sobretudo num tempo de indefinições e de imperialismo tecnológico,

em que certos grupos sociais, por vezes com grandes responsabilidades, tentam fazer passar a mensagem, perversa em nosso entender, de que o aparato técnico dos *curricula* e as capacidades tecnológicas são as condições indispensáveis para uma formação atualizada, global e digna do século XXI.

Na nossa opinião, há um conjunto de áreas científicas, matriciais nas Ciências Sociais e Humanas, que devem presidir à construção de uma sólida formação universitária dos futuros jornalistas, tornando-se o sustentáculo e a base do saber técnico: a Filosofia, a História, a Sociologia, a Literatura e, naturalmente, as Ciências da Comunicação. Não significa esta constatação que se remeta necessariamente para uma visão passadista ou desatualizada, nem que se opte pela radical dicotomia dos *apocalípticos e integrados*, menosprezando o ensino prático ou a importância das tecnologias. Pelo contrário, seguimos a opinião de António Fidalgo, para quem “a melhor maneira de aproveitar as tremendas possibilidades abertas pelo novo meio é alicerçar o gosto pela experimentação no repositório de um sólido saber já constituído, nomeadamente cultural e humanístico” (Fidalgo, s.d.: 7). Renunciando ao deslumbramento tecnológico, segundo o qual as sociedades evoluem carregadas pelas descobertas e inovações tecnológicas, cremos que refletir sobre as funções do Jornalismo nas sociedades atuais implica necessariamente uma reflexão aprofundada sobre a complexidade do mundo e dessas mesmas sociedades, pelo que seria redutor acantonar esse pensamento a uma mera ilusão técnica ou tecnológica.

Entendendo que o saber técnico, o *saber fazer*, rapidamente se assimila e deve, naturalmente, ser entendido sobretudo como uma ferramenta, acreditamos que saber pensar, refletir criticamente, perceber a complexidade do mundo que somos e que construímos, são componentes intelectuais fulcrais na formação universitária dos futuros jornalistas, de apreensão muito mais morosa do que a primeira,

mas imprescindíveis, sob pena de a profissão se descredibilizar ou descaracterizar a ponto de perder a identidade conquistada ao longo de décadas. No que a este aspeto diz respeito, subscrevemos a posição de António Fidalgo:

Em contacto intensivo com as técnicas os alunos dão-se conta de que estas se aprendem num relativo espaço de tempo, mas que o difícil é a componente intelectual, criativa. É neste momento que retornam à componente teórica do curso e, talvez pela primeira vez, a encaram como um elemento imprescindível na sua formação, como iluminadora do que é prático, apercebendo-se que qualquer prática assenta numa teoria. (Fidalgo, s.d.: 8)

2. FUNDAMENTAÇÃO

Em 2010, na revista *Les Cahiers de Journalisme*, Mitchell Stephens, professor de Jornalismo na Universidade de Nova Iorque, publicou um artigo, em forma de manifesto, em que reivindica, de modo sustentado e circunstanciado, uma urgente e radical alteração das práticas e dos conteúdos dos *curricula* universitários de jornalismo. Na opinião deste académico, os desafios da contemporaneidade não se compadecem com a perpetuação de fórmulas de ensino gastas, fechadas e simplistas, que se eternizam, alimentando-se de fórmulas feitas, ensinamentos básicos e excessivamente centrados no campo do saber fazer jornalístico. Num contexto de enormes e rápidas mudanças, o mundo académico deve repensar o modo de formar jornalistas, abrindo-lhes horizontes, ousando ir mais além e possibilitando o contacto dos jovens universitários com novas formas de reportar, com estilos de texto e de escrita mais complexos (Stephens, 2010: 38-46). Neste sentido, e inspirando-nos na exortação de Stephens, pretendemos sustentar a ideia de que aprender Literatura, ler os grandes autores clássicos e contemporâneos, conhecer as especificidades da

linguagem literária como tipo específico e particular de escrita, problematizar as visões do mundo imaginadas por romancistas, dramaturgos e poetas, contactar com a dimensão cultural e simbólica da obra de arte literária são competências que uma formação universitária em Jornalismo deveria promover.

Sustentamos esta tese em três ordens de razões fundamentais, para já enunciadas de forma sintética: uma ordem histórica, que permite problematizar as relações entre jornalismo e literatura à luz da diacronia; uma ordem a que chamaremos de discursiva, que nos conduzirá à reflexão sobre a especificidade de ambas as linguagens e ao alcance social de ambos os discursos; e uma ordem cultural que permite entender o jornalismo, mais do que uma prática profissional específica, como uma importante dimensão das sociedades contemporâneas e dos seus processos de construção.

Vejamos o que nos diz a perspetiva histórica. O Jornalismo autonomizou-se gradualmente como campo social e discursivo intimamente ligado à Literatura, nomeadamente por intervenção da elite do homem de letras oitocentista. Este é um fenómeno da Europa continental, com incidências muito claras quer na forma de fazer jornalismo, quer no modo de entender as idiossincrasias da profissão. Embora a profissionalização do jornalismo, no final do século XIX, se processe precisamente por uma demarcação clara em relação à “escrita literária”, a presença de homens de letras e, posteriormente, de intelectuais no campo da imprensa, muitos deles ligados à Literatura, conduz a uma evolução muito particular dos modos de fazer jornalismo em alguns países europeus, nomeadamente em Portugal:

Quando a figura do jornalista de profissão começou a desentranhar-se do estatuto simbólico do *publicista* típico da 2.^a metade de Oitocentos, o jornalismo estava também em vias de autonomizar uma linguagem literária própria, menos retórica, mais directa, vocacionada para os interes-

ses da praça pública, para a banalidade e a efemeridade do quotidiano, “pela necessidade incessantemente renascida de procurar a variedade, de achar novidades” conforme “o paladar do leitor [...] que absorve especialmente toda a curiosidade moderna” (*Ilustração Portuguesa*, 1908). (Dias, s.d.: 2)⁴

Na verdade, antes de se atingir a autonomia profissional, na viragem do século XIX para o século XX, ser jornalista era já uma profissão mas era também uma ocupação reservada quer a literatos, quer a políticos, que entendiam os jornais e as revistas como espaços públicos de opinião, e o ato de escrever nos jornais como uma forma de afirmação de uma autoridade, um modo de publicitar ideias, de divulgar textos e obras, de defender ideologias, de travar polémicas diversas, enfim, de participar ativamente na construção do espaço público, cada vez mais dominado e determinado pela imprensa. Desde os escritores da primeira geração romântica, como Garrett e Herculano, passando por Feliciano de Castilho, António Pedro Lopes de Mendonça, Camilo Castelo Branco, Pinheiro Chagas, quase todos os membros da Geração de 70, até Fialho de Almeida, Afonso Lopes Vieira, e muitos outros, todos estes grandes nomes da nossa Literatura do século XIX e XX estão irremediavelmente ligados à imprensa do seu tempo. Estes nomes são exemplos de como, desde o início da centúria de oitocentos, para além dos jornalistas de profissão, sem nenhuma preparação especial para a exercerem, ser jornalista era também uma ocupação para o homem de letras, cuja imagem pública estava intimamente associada tanto à Política quanto à Literatura (Ferenzci, 1993; Delporte, 1995).

Tomando como paradigma a história da imprensa francesa, da qual a portuguesa herda certas características, Thomas Ferenzci

4 Texto no prelo, gentilmente cedido pelo autor, Luís Augusto Costa Dias, a quem agradecemos.

explica que a dupla origem do jornalismo francês – política e literária – é uma das marcas identitárias da sua história, responsável inclusive pela forma híbrida e matizada com que o jornalismo absorveu, no final do século XIX, as modas anglo-americanas⁵. Também Jean Chalaby, num estudo comparativo entre o jornalismo francês e o anglo-americano, defende que um dos motivos para o atraso na modernização do jornalismo em França se ficou a dever ao forte envolvimento entre imprensa, política e literatura:

Em França, nesse período, o jornalismo permaneceu sob a influência das suas esferas tradicionais de origem, a política e a literatura. A importância conferida à forma literária afastou dos jornais franceses o estilo telegráfico das notícias anglo-americanas. Além disso, um número significativo de jornalistas franceses continuava a escrever na tradição dos publicistas, numa escrita de propaganda de doutrinas políticas e de defesa dos interesses de um grupo político particular. (Chalaby, 2003: 6)

Do ponto de vista histórico, portanto, a génese do jornalismo moderno anda irremediavelmente ligada ao campo da Literatura, ora porque muitos dos jornalistas começaram por ser os homens de letras e intelectuais, ora porque a linguagem da imprensa, antes de ter conquistado a sua especificidade, se tecia de muitas das marcas da retórica literária, ora ainda porque, em termos genológicos, alguns dos géneros jornalísticos modernos se fundam no seio da literatura⁶.

5 “L’histoire du journalisme français montre en effet que celui-ci présente deux traits récurrents. Le premier est son lien avec la politique, le second sa relation avec la littérature” (Ferenczi, 1993: 12).

6 Christian Delporte, ao analisar o aparecimento do novo género jornalístico, a grande reportagem, muito expressivo no final do século, não deixa de estabelecer um paralelismo entre este e a corrente naturalista, de que Zola é o expoente máximo (Delporte, 1995: 68-72).

Adotando um enfoque discursivo, percebemos que a textualidade jornalística, independentemente do *medium* de que falamos e do gênero textual em que se traduz, assenta primordialmente na construção narrativa do mundo. Ora, sabendo-se que, desde finais da década de 90 do século passado, os Estudos Narrativos não se restringem apenas ao domínio do literário, há que reconhecer que a análise da complexidade deste modo discursivo fundacional esteve durante décadas intimamente ligado à Literatura. Inclusive, ao percebermos hoje o funcionamento das novas narrativas jornalísticas multimídia, é incontornável que chamemos à colação conceitos como hipertexto, hipernarrativa, afinal objeto de reflexão *avant la lettre*⁷ de um conjunto de autores da área dos estudos literários (Barthes, 1999; Furtado, 2000). Já em 1941, Jorge Luís Borges publica o conto visionário “A Biblioteca de Babel”, prenunciando um mundo organizado em torno do conceito de hipertexto.

A narrativa é o modo fundacional dos grandes gêneros informativos mediáticos: da notícia, à reportagem, passando pelo perfil, todos eles textualizam a realidade, dando-lhe sentido, significado e tornando-a legível. O papel de mediação do jornalismo reside precisamente nesta construção, que é forçosamente uma construção social e ideológica, regulada por uma complexidade de códigos, dos narrativos mais básicos, aos deontológicos e profissionais. Num tempo em que assistimos a uma renovação da própria textualidade, em parte devida aos novos *media*, a consciencialização da importância da narrativa é crucial, para que o jornalismo consiga dar resposta quer aos novos desafios de tornar legível e inteligível a complexidade da realidade, quer a novas formas de apropriação dessa mesma realidade.

7 A teoria literária pós-moderna refletiu muito sobre algumas questões, décadas antes de os instrumentos tecnológicos terem desencadeado o desenvolvimento de novos conceitos de texto e de textualidade.

A leitura hipertextual, fomentada pelo jornalismo em linha, exige que, na construção dos textos, o jornalista não se limite às fórmulas antigas e fechadas das regras de construção da notícia. Ele terá de perceber a diversidade de códigos e de substâncias convocadas para os novos espaços de escrita e, sobretudo, deverá ter em consideração a relação temporal que as novas narrativas suscitam, problematizadoras, em parte, do papel da memória, do tempo e do espaço. Hoje mais do que nunca, o ideal textual barthesiano, o texto “scriptible”, metaforizado na Babel de Borges, faz sentido e exige tanto de produtores quanto de leitores novas competências de escrita e leitura:

Neste texto ideal, abundam as redes que actuam entre si sem que nenhuma possa impor-se às demais; este texto é uma galáxia de significantes e não uma estrutura de significados; não tem princípio, mas antes diversas vias de acesso, sem que nenhuma delas possa qualificar-se de principal; os códigos que mobiliza estendem-se até onde a vista possa alcançar; são indetermináveis...; os sistemas de significados podem impor-se a este texto absolutamente plural, mas o seu número nunca é limitado, já que se baseia na pluralidade da linguagem. (Barthes, 1999: 16)

A terceira ordem de razões que sustenta a defesa da integração da Literatura nos *curricula* universitários de Jornalismo, de matriz cultural, estando dependente das duas primeiras, englobando-as inclusive, não deixa de merecer uma alusão à parte. Culturalmente, julgamos que um jornalista deve possuir uma preparação tão vasta quanto possível, na área das ciências humanas, na qual o conhecimento dos grandes autores da Literatura universal deve ser inevitável: perceber de que modo um escritor traduz discursivamente a realidade, entender que os mundos do texto literário, embora ficcionados, embora possíveis, são tão relevantes para a compreensão da realidade, quanto os discursos factuais, pretensamente objetivos. Numa carta ficcional dirigida a

um jovem jornalista, Juan Luís Cebrián, jornalista e escritor espanhol, aconselha o jovem Honório, destinatário epistolar e aspirante a jornalista, a não deixar que “a realidade [lhe] estrague uma boa reportagem”, fazendo depois uma apologia do jornalismo literário inspirador de Mark Twain, Vargas Llosa, García Marquez, entre outros (1998: 39).

Ora, numa formação universitária em Jornalismo, a Literatura tem também especial acuidade se olharmos para as questões éticas e deontológicas inerentes à profissão: num mundo multicultural, multilinguístico e, sobretudo, multimídia, novos desafios éticos e realidades mais complexas exigem uma estrutura de pensamento mais sólida e, sobretudo, a capacidade de pensar e resolver problemas mais complexos e sensíveis. Só uma formação caleidoscópica, capaz de suscitar quadros de pensamento interdisciplinares, se adequa aos novos problemas com que se confronta a profissão no mundo atual:

Os jornalistas, por sua vez, começaram a ver o seu tradicional papel de *gatekeepers* questionado e a perderem o monopólio da palavra no espaço público, ao mesmo tempo que viram abrir-se-lhes novas possibilidades e recursos produtivos e novas modalidades de interação com os seus públicos. (Pinto, 2008: 12)

Serão estes os três pilares, nos quais fundamentaremos a justificação da integração da Literatura nos *curricula* universitários de Jornalismo. Baseando-nos na nossa experiência docente, no conhecimento dos atuais desafios que, nos dias de hoje, se colocam aos *media* e aos seus profissionais, estamos convictos de que a Literatura pode ser um inestimável contributo para a formação de jornalistas mais cultos, mais qualificados, mais criativos, capazes de gerir a complexa grelha de códigos que enforma a realidade, por um lado, e, por outro, oferecer resistência aos espartilhos económicos, mercantis e políticos impostos à profissão, num mercado hiperconcorrencial e em crise.

3. O PAPEL DA LITERATURA NA FORMAÇÃO DE JORNALISTAS

Muito se tem escrito já sobre as funções da Literatura. Porque existe, para que serve, em que consiste? Estas perguntas têm sido abordadas de múltiplos pontos de vista, por diversos autores ao longo dos tempos, que nos têm oferecido sempre variadas respostas, em função dos enfoques e dos posicionamentos epistemológicos adotados.

Não é nossa pretensão responder à pergunta – para que serve a Literatura? Duvidamos, inclusive, de que exista uma resposta unívoca, clara ou consensual para esta pergunta. Contudo, uma vez que tentamos fundamentar a sua presença como área de estudo enriquecedora para futuros jornalistas, impõe-se que nos retenhamos um pouco nesta questão, tentando pôr em relevo algumas potencialidades da Literatura, em nosso entender, imprescindíveis para a formação superior de estudantes de comunicação, muito particularmente de jornalismo. Por outro lado, perante a tecnocracia dominante, em que os saberes humanísticos, os produtos culturais e as artes são constantemente postos em xeque, olhados com displicência por uns, com desconfiança por outros, entendemos ser importante refletir sobre a questão e tentar aventar algumas respostas à funcionalidade da literatura.

Em 2006, Antoine Compagnon, reconhecido acadêmico francês, foi convidado para uma cátedra de Literatura Francesa, no não menos prestigiado Collège de France. No dia da sua tomada de posse simbólica, Compagnon proferiu a lição inaugural precisamente dedicada à função da Literatura, da qual resultou um magistral ensaio, cujo título original é *La littérature, pour quoi faire?* Traçando um quadro geral do mundo contemporâneo, o acadêmico francês constata que o espaço da literatura, nas sociedades atuais, se foi tornando cada vez mais marginal e exíguo: por um lado, os programas do ensino secundário e médio optaram por substituir os clássicos da Literatura por textos utilitários e documentais; por outro, a vivência do ócio

transformou-se radicalmente, acelerando o seu ritmo e alimentando-se da velocidade do mundo digital; no que diz respeito à academia, assiste-se a um momento de “incertezas” sobre o destino da educação, em que a formação técnico-profissional se sobrepõe à humanística, considerando-se que prepara melhor para a vida laboral (Compagnon, 2008: 23-30).

Neste quadro, desenhado por Compagnon, refletir sobre as funções da Literatura na academia e na sociedade é matéria de especial interesse e importância para a nossa vida contemporânea, nomeadamente para as sociedades ocidentais, urbanas e industrializadas, fascinadas pelo deslumbramento tecnológico, consumidas pela voracidade do tempo e do espaço, para a qual os *media* em muito contribuem, por serem eles os principais responsáveis atualmente pela nossa percepção do mundo e da vida. Contudo, pensar em termos de funcionalidade sobre Literatura acarreta alguns riscos, nomeadamente aquele que aponta para uma tentação imediatista: a de olhar as artes e as ciências humanas sob o mesmo prisma com que se projetam as tecnologias ou as ciências exatas⁸. Por outro lado, tentar perceber a urgência da Literatura nos dias de hoje implica que tenhamos desse objeto um conceito razoavelmente definido, tarefa que novamente nos conduz a um campo antigo e complexo, pouco habilitado a consensos.

Falar de Literatura como a permanente expressão da natureza do Homem e característica atemporal da cultura humana não nos parece suficientemente esclarecedor, sobretudo tendo em consideração que a dimensão institucional e sociológica do campo literário nos deve obrigar a olhar o fenómeno literário numa perspetiva histórica e con-

⁸ A utilização deste binómio ciências exatas/ciências humanas é, neste contexto, utilizado por uma questão meramente prática, pois entendemos, com Boaventura Sousa Santos em *Um discurso sobre as ciências*, que deve matizar-se a clivagem tradicional entre estes dois campos do conhecimento.

textual. Esta é a opinião de Alvin Kernan, expressa num ensaio já antigo sobre a ideia de Literatura: traçando um diagnóstico muito vívido do futuro próximo da Literatura, numa sociedade industrializada e tecnológica, em que ficções de outra natureza, massificadas e populares, começavam a concorrer com a ideia da Literatura como oposição a essa mesma sociedade, o autor comenta: “If we wish to understand literature – (...) – we must, however, try to see it in the historical and social circumstances which influenced its development, gave it its particular transformation, and created the forms and institutions in which it has realized itself” (Kernan, 1973: 32).

Neste sentido, definir a literatura como a “arte do inútil”, cuja função se resume ao prazer da leitura, seguindo uma certa tradição romântica antiutilitarista e autotélica, que entende o texto literário como não tendo outra função que a de ser arte, não se compagina com uma reflexão satisfatória sobre a pertinência da Literatura no *campus* universitário, neste início do século XXI.

No ensaio de Antoine Compagnon que temos vindo a citar, o autor clarifica muito bem estas questões, destacando três pilares que sustentam a função da Literatura. Ela responde, na senda de Platão e de Aristóteles, a um duplo objetivo de entreter e formar, possuindo uma dupla dimensão lúdica e pedagógica. A Literatura é uma forma privilegiada de acesso ao conhecimento, na qual e pela qual, o Homem pode ser mais feliz, pois com ela “lo concreto substituye a lo abstracto, y el ejemplo a la experiencia, para inspirar máximas generales, o al menos para propiciar una conducta que se apegue a tales máximas” (Compagnon, 2008: 38). O segundo poder da literatura, seguindo o raciocínio do académico francês, decorre do facto de ela poder ser entendida sempre como uma forma de oposição, uma espécie de contrapoder, que proporciona autonomia, liberdade e autorrealização aos sujeitos. Se observarmos, como Alvin Kernan, que o conceito de literatura que emerge no século XVIII, com a

transformação e renovação do espaço público burguês, se instaura por oposição e em contracorrente à sociedade científica e industrial, percebemos como o contacto com a experiência literária pode proporcionar ao leitor um novo vínculo social e uma libertação (Kernan, 1973: 33). Em terceiro lugar, a literatura “habla a todo el mundo” (Compagnon, 2008: 43), reconstruindo a linguagem corrente e libertando-a, ao assumir-se como um tipo especial de escrita, imaginativa, criativa, capaz de explorar e de reinventar o poder sógnico da linguagem verbal.

Perante o exposto, parece-nos importante sublinhar que uma sustentação da Literatura como área transversal do saber humanístico presente nos percursos de formação universitária de estudantes de Jornalismo passará inevitavelmente por a entender como fenómeno complexo, que além de ser um tipo específico de trabalho sobre a língua, é seguramente também um fenómeno com um papel social indiscutível, capaz de problematizar o mundo, de nos conduzir a um confronto sobre o que somos e como nos posicionamos em relação aos outros.

Neste sentido, o trabalho sobre a língua parece-nos fundamental. Sabe-se que a literatura explora de um modo cabal todas as potencialidades do material linguístico, que é a sua forma e substância de expressão. Sobre o poder ‘desviante’ da linguagem literária, Eugénio Coseriu foi o linguista que em diversos estudos realçou precisamente este aspeto, defendendo ser a literatura o lugar em que a linguagem atinge a sua “plenitude funcional”. Daí ter defendido a importância da leitura dos grandes clássicos, como forma de se apreender, em profundidade, as potencialidades da língua e a sua riqueza (Coseriu, 1993). Ora, um jornalista, que necessariamente tem como matéria-prima primordial a linguagem, deve possuir na sua bagagem cultural um leque de leituras e de conhecimentos que lhe permitam entender melhor a força mediadora da língua, o seu poder de construir

discursos, a sua maleabilidade plástica e o seu valor simbólico. Pesem embora as clivagens existentes e reconhecidas entre o utilitarismo e a dimensão estética de ambas as linguagens, parece-nos inquestionável que a linguagem literária em muito poderá contribuir para a percepção do poder da linguagem verbal e funcionar como um estímulo à criatividade e um incentivo à renovação.

Embora ao jornalista, como mediador, seja exigido um esforço de decodificação, construindo o seu discurso com base numa linguagem corrente, clara e de apreensão imediata, a sua formação não deverá, em nome de um utilitarismo fácil, encerrar-se em ensinamentos puramente técnicos ou imediatistas. Mais uma vez, regressamos ao manifesto de Mitchell Stephens, no qual se advoga uma renovação dos *curricula* de aspirantes a jornalistas, no sentido de uma requalificação, que pugna por um investimento em elevados padrões de excelência e qualidade.

Por outro lado, a ficção narrativa⁹, embora estribada num pacto ficcional, que implica protocolos comunicacionais específicos¹⁰, diferentes, portanto, do pacto referencial e factual da narrativa jornalística, proporcionará um contacto com mundos possíveis e com novas formas de os construir que permitirá perceber e captar lógicas de construção narrativa fundamentais a um jornalista, afinal, mediador e construtor de mundos. Nessa construção, independentemente da referencialidade, quer se trate de narrativas naturais ou ficcionais, assume particular relevo a narratividade, com tudo o que ela implica

9 Embora se reconheça que o conceito de Literatura transcende amplamente a ficção narrativa, entendemos com Maria Augusta Babo: "Se a ficção absorveu, por si, quase toda a literatura, dado que ela alastrou ainda à inclusão daquilo a que veio a chamar-se a linguagem poética, destronando a velha separação poesia/prosa, a narrativa é, a meu ver, a configuração estruturante e estruturada da ficcionalidade. A sua forma de acolhimento." (Babo, 1996: 2).

10 Referimo-nos ao conceito de ficcionalidade como estrutura comunicacional (Babo, 1996).

de construção e organização temporal¹¹. O discurso de informação jornalística, partilhando essa característica, privilegia o modo narrativo, pois consubstancia-se em histórias sobre o mundo. Contudo, não é suficiente a essas narrativas o facto de serem ‘verdadeiras’, elas deverão também e sobretudo parecer ‘verdadeiras’ (Tétu e Mouillauud, 1989: 541), constatação que evidencia muito bem o papel da construção textual e narrativa no jornalismo, cujo poder está pois “na capacidade em construir essa ilusão da realidade” (Rebello, 2000: 109), afinal e segundo lição barthesiana, resultado de um efeito textual e discursivo. Diz-nos Jerome Bruner, num interessante artigo sobre a construção narrativa do real: “Narratives, then, are a version of reality whose acceptability is governed by convention and ‘narrative necessity’ rather than by empirical verification and logical requiredness’ (Bruner, 1991: 4).

A este respeito, parece-nos sintomático que Tom Wolfe, quando redige o seu ensaio, no início da década de 70, sobre o movimento do *New Journalism*, tenha insistentemente referido os grandes autores do Realismo oitocentista como seus inspiradores e mestres, em cujas narrativas os repórteres poderiam absorver as técnicas mais apropriadas para cobrir a realidade, representando-a com realismo, profundidade, espessura e, sobretudo, vida (1973: 57-79).

4. EM SÍNTESE

Quando se assume que o jornalismo não é a realidade, nem tão pouco o seu espelho, antes uma construção narrativa que serve de mediadora, deve aceitar-se que o jornalista é, sobretudo, um construtor de textos e de discursos, responsáveis pela nossa relação com o mundo

11 Não é este o espaço de desenvolvimento de um conceito tão complexo como o de narrativa, que foi abordado por diferentes autores em diversas perspetivas, por vezes contraditórias. Remetemos para o artigo do *Dicionário de narratologia* que congreja todas essas teorias, de um modo muito sistemático e explícito (Reis e Lopes, 2011: 274-285).

e pela forma como construímos a nossa identidade coletiva. Na verdade, como Gaye Tuchman demonstrou num conhecido artigo do final da década de 90, na linha da teoria do “newsmaking” e da teoria da construção social da realidade, as notícias e reportagens, principais gêneros da textualidade jornalística, são produto de uma complexa codificação que envolve desde os códigos deontológicos que regulam a prática jornalística, até a códigos narrativos mais elaborados, passando pela cultura profissional e pela organização dos processos produtivos (2002: 91-104). Assim, julgamos que a Literatura, nomeadamente a ficção narrativa, longe de ser um simples ornamento cultural da formação dos jornalistas, deve ser uma forma de experiência de imersão, que ensina a pensar a complexidade do mundo e a construir sentidos complexos. Só as grandes narrativas literárias o conseguem fazer e só por elas se percebe o poder da palavra e do discurso: seguindo a lição de Ricoeur, o romance é insubstituível para configurar a experiência do Homem, na sua dimensão temporal.

Numa época em que o Jornalismo enfrenta, a vários níveis, ameaças de natureza diversificada, assistindo-se a uma radical alteração de paradigma, em parte consubstanciada pelo cenário de crise, é importante que a formação de jovens aspirantes a jornalistas possibilite uma formação humanística sólida. Só através da Literatura se poderá aprender a valorização da memória, só nela e por ela se acede à experiência que habilita a decodificar, problematizar e compreender a complexidade do mundo. Perguntar-se-á se outras artes, como o cinema, a pintura ou a música, não o farão igualmente, precisamente por consubstanciarem grandes narrativas mediáticas também. Preferimos responder como as palavras de Antoine Compagnon:

Todas las formas de la narración, y por tanto también las películas y la historia, nos hablan de la vida humana, pero la novela lo hace con más precisión que la imagen móvil, y con aún más eficacia que los inesta-

bles acontecimientos, ya que su afilado instrumento es la lengua, y deja libertad absoluta a la experiencia imaginaria y a la deliberación moral, particularmente en la prolongada soledad de la lectura (Compagon, 2008: 69).

REFERÊNCIAS

- AA.VV. (2010). *Modelo curricular da UNESCO para o ensino do jornalismo*. Brasília: UNESCO.
- AZIZA, C. et al. (orgs.) (1978). *Dictionnaire des types et caractères littéraires*. Paris: Fernand Nathan.
- BABO, M. A. (1996). “Ficcionalidade e processos comunicacionais”, disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/babo-augusta-literatura-ficcionalidade.html> (consultado em abril de 2012).
- BARTHES, R. (1999). *S/Z*. Lisboa: Edições 70.
- BRUNER, J. (1991). “The Narrative Construction of Reality”. *Critical Inquiry*. 18: 1-21.
- CAMPONEZ, C. (2004). “A crise do jornalismo face aos novos desafios da comunicação pública”, in *Atas do V congresso português de sociologia*. 1-18, disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR46151be427116_1.pdf (consultado em 17/09/2011).
- CEBRIÁN, José Luís (1998). *Cartas a um jovem jornalista de Cebrián*. Lisboa: Bizâncio.
- CHALABY, J. (2003). “O jornalismo como invenção anglo-americana. Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920)”. *Media & Jornalismo*. 1.3: 29-50, disponível em <http://revcom.portcom.intercom.org.br> (consultado em 16/04/2012).
- COMPAGNON, A. (2008). *Para qué sirve la literatura?* Col. Cuadernos del Acantilado, n.º 31. Barcelona: Acantilado.
- COSERIU, E. (1993). “Do sentido do ensino da língua literária”. *Confluência*. 5: 29-47.
- CORREIA, J. (s.d.). “O ensino do jornalismo visto pelos

- jornalistas”, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt> (consultado em 12/09/2011).
- DELPORTE, C. (1995). *Histoire du journalisme et des journalistes en France (du XVII^e siècle à nos jours)*. Paris: P.U.F.
- DIAS, L. A. (s.d.). “Jornalismo moderno”, in M. F. Rollo, *Dicionário da República* [no prelo].
- FERENCZI, (1993). *L'invention du journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIX^e siècle*. Paris: Plon.
- FIDALGO, A. (s.d.). “O ensino do jornalismo no e para o século XXI”, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-ensino-jornalismo-internet.pdf> (consultado em 12/09/2011).
- FLUDERNIK, M. (1996). *Towards a 'Natural' Narratology*. London and New York: Routledge.
- FURTADO, J. A. (2000). *Os livros e as leituras – novas ecologias da informação*. Lisboa: Livros e Leituras.
- HERMAN, D. (ed.) (1999). *Narratologies: new perspectives on narrative analysis*. Columbus: Ohio State Univ Press.
- KERNAN, A. B. (1973). “The idea of literature”. *New Literary History* [What is Literature?]. 5.1: 31-40.
- PINTO, M. (2008). *Digressão sobre a 'crise do jornalismo' - Entre definhamento e re-invenção*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Lição de Síntese das Provas de Agregação.
- REBELO, J. (2000). *O discurso do jornal. O como e o porquê*. Lisboa: Editorial Notícias.
- REIS, C. (2006). “Narratologia(s) e teoria da personagem”, in C. Reis (coord.), *Figuras da ficção*. Coimbra: CLP. 9-37.
- REIS, C. e A. C. Lopes (2011). *Dicionário de narratologia*. 7.^a ed., Coimbra: Almedina.
- RIEFFEL, R. (1984). *L'élite des journalistes*. Paris: P.U.F.
- STEPHENS, M. (2010). “Un manifeste pour l'enseignement du journalisme”. Trad. Bertrand Labasse. *Les Cahiers du Journalisme*. 21: 38-46.

- TEIXEIRA, P.O. (2010). *O ensino do jornalismo em Portugal. Uma história e análise dos planos curriculares*, disponível em https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1681/1/DM_19061.pdf (consultado em 12/09/ 2011). Dissertação de mestrado.
- TÉTU, J.F. e M. Mouillaud (1989). *Le journal quotidien*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- TUCHMAN, G. (2002). “As notícias como uma realidade construída”, in J. P. Esteves (ed.), *Comunicação e sociedade*. Lisboa: Horizonte. 91-104.
- WOLFE, T. (1979). *El nuevo periodismo*. Trad. José Luis Guarner. Barcelona: Editorial Anagrama.

ABSTRACT

For decades, journalism was a profession for which there was no specific training and no academic degree. It depended mostly on certain abilities, and a taste and curiosity for writing or, even more common, it was a job for promotion and self-promotion.

Currently, a considerable part of the discussion about the teaching of Journalism focuses on aspects that concern, on the one hand, the eternal quarrel between theory and practice and, on the other, the need for technological adaptation of curricula to respond to the dizzying pace of change in communication technologies.

Taking the curricula of university programs in Journalism as a study case, this article discusses the importance of humanities in the training of journalists, especially at a time of uncertainties and technological imperialism, in which certain social groups, sometimes with great responsibilities, try to get their perverse message across that the technical content of curricula and technological proficiency of the individual are the indispensable requirements for a global and updated education in Journalism.

Inspired by Stephens (2010), I argue that learning literature, reading the great classic and contemporary authors, knowing the specifics of lite-

rary language as a particular kind of writing, questioning the visions of the world imagined by novelists, playwrights and poets, and experiencing the cultural and symbolic dimension of the literary work of art should be required skills in a university education in journalism.

My argument is based on three fundamental reasons: a historical reason, which allows us to problematize the relationship between journalism and literature adopting a historical point of view; a discursive reason, which will lead us to reflect on the discursive specificity of journalism and literature; and a cultural reason, which claims that cultural journalism, more than a specific professional practice, is an important dimension of contemporary societies.

Keywords: journalism, literature, education, culture, narrative.

RESUMO

O jornalismo foi, durante décadas, uma profissão para a qual não existia nenhuma preparação específica, do ponto de vista acadêmico: implicava, antes, certas apetências, um gosto e curiosidade particulares pela escrita ou, mais comum ainda, era um trabalho de promoção e de autopromoção.

Atualmente, uma considerável parte da discussão sobre o ensino universitário do Jornalismo foca-se, sobretudo, em aspetos que dizem respeito, por um lado, à eterna querela entre prática e teoria e, por outro lado, à necessidade de adaptação tecnológica dos currícula, a fim de responderem à vertiginosa velocidade de mudança das tecnologias da comunicação.

Partindo do conhecimento dos *currícula* dos cursos universitários de Jornalismo, tentaremos problematizar, neste artigo, a importância crucial das Humanidades para a formação superior dos jornalistas, sobretudo num tempo de indefinições e de imperialismo tecnológico, em que certos grupos sociais, por vezes com grandes responsabilidades, tentam fazer passar a mensagem, perversa em nosso entender, de que o aparato técnico dos

curricula e as capacidades tecnológicas são as condições indispensáveis para uma formação atualizada, global e digna do século XXI.

Neste sentido, e inspirando-nos na exortação de Stephens (2010), pretendemos sustentar a ideia de que aprender Literatura, ler os grandes autores clássicos e contemporâneos, conhecer as especificidades da linguagem literária como tipo específico e particular de escrita, problematizar as visões do mundo imaginadas por romancistas, dramaturgos e poetas, contactar com a dimensão cultural e simbólica da obra de arte literária são competências que uma formação universitária em Jornalismo deveria promover.

Sustentamos esta tese em três ordens de razões fundamentais, para já enunciadas de forma sintética: uma ordem histórica, que permite problematizar as relações entre jornalismo e literatura à luz da diacronia; uma ordem a que chamaremos de discursiva, que nos conduzirá à reflexão sobre a especificidade de ambas as linguagens e ao alcance social de ambos os discursos; e uma ordem cultural que permite entender o jornalismo, mais do que uma prática profissional específica, como uma importante dimensão das sociedades contemporâneas e dos seus processos de construção.

Palavras-chave: jornalismo, literatura, ensino, cultura, narrativa.